

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÃO DE LEI

2 – ATAS

- 2.1 – 78ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2.2 – 28ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a comemorar os 52 anos da regulamentação da profissão de administrador.
- 2.3 – 12ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 2.4 – 13ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 2.5 – 14ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 2.6 – 15ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 2.7 – 9ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.8 – 10ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.9 – Reuniões de Comissões

3 – ORDEM DO DIA

- 3.1 – Comissão

4 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

5 – MANIFESTAÇÕES

6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 – ERRATA



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.609

Declara de utilidade pública o Grupo de Apoio e Atendimento Voluntário Emergencial do Centro-Oeste Mineiro – G-3 Resgate, com sede no Município de Pitangui.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grupo de Apoio e Atendimento Voluntário Emergencial do Centro-Oeste Mineiro – G-3 Resgate, com sede no Município de Pitangui.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 21 de setembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/9/2017**Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.633 e 4.634/2017; Requerimentos n°s 8.636 a 8.640 e 8.642 a 8.660/2017; Requerimento Ordinário n° 3.051/2017 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente (2), de Defesa do Consumidor, de Cultura e do Trabalho e do deputado Leonídio Bouças (2) – Questões de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Doutor Jean Freire e João Leite – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Coronel Piccinini – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Cássio Soares, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Dilzon Melo, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Bárbara Amelize Costa, coordenadora da Central de Recebimento, Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos, reencaminhando ofício da Defensoria Pública do Estado em Montes Claros, em que esse órgão denuncia agressões praticadas por agentes penitenciários contra detentos do Pavilhão E do presídio regional de Montes Claros. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Marcelo Geraldo Estevam Silva, presidente da Câmara Municipal de Arcos, e demais vereadores dessa casa legislativa, manifestando seu repúdio ao Projeto de Lei n° 4.135/2017, do governador do Estado. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Paulo de Souza Duarte, subsecretário do Tesouro Estadual, informando o valor da Receita Corrente Líquida, após manifestação da Controladoria-Geral do Estado, referente ao período de setembro de 2016 a agosto de 2017. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.633/2017

Altera a Lei 22.460, de 23 de dezembro de 2016, que estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelas comunidades terapêuticas no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Inclui o §1º e renumera para §2º o parágrafo único do art. 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...).

§ 1º Esta lei não se aplica aos dispositivos assistenciais de acolhimento ou abrigamento de adolescentes, reconhecido por meio da formalização de instrumento de parceria com o poder público.

§2º (...)"

Art. 2º – Ficam alterados os incisos VI, VII e incluído o inciso X ao art. 2º da Lei 22.460 de 23 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...).

VI – garantia do acesso das pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas e suas famílias aos pontos de atenção da rede de atenção psicossocial dos territórios de saúde, que atuarão de forma articulada e integrada com:

- a) a atenção básica, do território de referência do usuário dos serviços de saúde ou;
- b) o Centro de Atenção Psicossocial, situado no território de referência do usuário dos serviços.

VII – desenvolvimento do projeto terapêutico do usuário em articulação com a rede de atenção básica, ou com Centro de Atenção Psicossocial – Caps – de referência, ou com outros serviços pertinentes, considerando-se a rede regional de atenção psicossocial e priorizando-se a atenção em serviços comunitários de saúde.

X – a atenção básica ou o Centro de Atenção Psicossocial deveram dar orientação e suporte ao acolhimento feito nas Comunidades Terapêuticas, durante este período transitório de acolhimento, contribuindo para a elaboração do projeto terapêutico singular do usuário e o planejamento da saída".

Art. 3º – Fica alterado o caput e incluído os §§ 1º e 2º ao art. 3º da Lei 22.460 de 23 de dezembro de 2016, que passa a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 3º – As comunidades terapêuticas acolherão pessoas com transtornos decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas que aderirem de forma voluntária e que forem encaminhadas por serviço da rede pública, após avaliação clínica e psiquiátrica que as considere aptas para o acolhimento.

§1º Serão elegíveis para os Serviços de Atenção em Regime Residencial as pessoas com necessidades clínicas estáveis, que não apresentem grau de comprometimento grave no âmbito orgânico e/ou psicológico.

§2º Quando a comunidade terapêutica acolher pessoas, que aderirem de forma voluntária, encaminhadas por serviços privados de saúde, com a devida avaliação clínica e psiquiátrica, as mesmas deveram comunicar o acolhimento, ao serviço público responsável pela política sobre drogas, em até 72 (setenta e duas) horas".

Art. 4º – Fica alterado o art. 6º que passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 6º – O gestor de saúde de cada esfera de governo deve garantir a porta de entrada pública do serviço para acolhimento pela comunidade terapêutica, realizar a avaliação clínica e psiquiátrica necessária, bem como, garantir a integralidade da atenção na reinserção social por meio da rede de atenção psicossocial, após o acolhimento”.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de setembro de 2017.

Deputado Antônio Jorge, Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (PPS).

Justificação: Uma das funções primordiais do deputado é propor normas que tenham relevância social, bem como, aperfeiçoa-las, neste sentido, após a realização de audiências públicas e receber contribuições de comunidades terapêuticas e instituições representativas apresentamos o presente projeto de lei visando aprimorar a lei que estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelas comunidades terapêuticas no Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Prevenção e Combate às Drogas para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.634/2017

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Iapu – ACI –, com sede no Município de Iapu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Iapu – ACI –, com sede no Município de Iapu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de setembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – PMDB

Justificação: A Associação Comunitária de Iapu – ACI –, fundada em 19/02/1991, é uma entidade privada sem fins lucrativos. Suas finalidades maiores são promover atividades educacionais, sociais, culturais e desportivas; promover educação, administrar serviços relevantes à comunidade; zelar pela melhoria das condições de vida da sociedade; assistir crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos carentes.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.636/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Municipal Monsenhor Sebastião Vieira, de Paraisópolis, pela excelência do ensino oferecido aos alunos do nível fundamental, mantida ao longo de três edições consecutivas – 2011, 2013 e 2015 – da pesquisa elaborada pela Fundação Lemann, Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo e Itaú BBA, realizada a partir de dados da Prova Brasil, que avalia o conhecimento dos alunos em matemática e língua portuguesa, sendo uma das 31 escolas públicas nacionais que conseguiram esse feito. (– À Comissão de Educação.)

Nº 8.637/2017, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pelos atos de bravura e profissionalismo demonstrados na tentativa de impedir mais um assalto a caixa eletrônico na madrugada do dia 7/7/2017, em Monte Sião. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.638/2017, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o time de vôlei feminino da Escola Estadual Caliméria Silveira, localizada em Ibitiúra de Minas, extensivo ao técnico Laé Filho, pela conquista do vice-campeonato de vôlei feminino nos Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg. (– À Comissão de Educação.)

Nº 8.639/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Lions Clube pelos 100 anos de sua fundação. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 8.640/2017, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao diretor da Vivo Minas, em Brasília, pedido de informações sobre a possibilidade de aumento da área de cobertura bem como da melhoria dos serviços da operadora na região ao longo da Rodovia MG-439, onde estão instaladas as principais empresas de mineração e transformação de cal e cimento, no Município de Pains. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 8.642/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à transferência do Sd. PM Edson Borges Soares Junior da 10ª Companhia de Polícia Militar, no Município de Belo Horizonte, para algum município limítrofe ao Estado do Espírito Santo, mais especificamente próximo à cidade de Mantenópolis (ES), onde sua mãe reside e enfrenta sérios problemas de saúde.

Nº 8.643/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a incentivar os municípios com menos de 20 mil habitantes a desenvolverem plano diretor ou plano de mobilidade urbana. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 8.644/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Fundação Nacional do Índio – Funai –, ao governador do Estado, ao presidente da República, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra –, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama – e à Casa Civil da Presidência da República pedido de providências para se proceder à nova demarcação do território indígena xacriabá, de acordo com o estudo feito pelo grupo técnico da Funai.

Nº 8.645/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 60º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 31/8/2017, em Nova Serrana, que possibilitou o salvamento de uma criança vítima de engasgamento.

Nº 8.646/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 60º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 30/8/2017, em Nova Serrana, em que conseguiram evitar o cometimento de um suicídio.

Nº 8.647/2017, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Secretaria-Geral da Presidência da República e à Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social – BNDES – pedido de informações acerca do projeto de estudos para a privatização da CeasaMinas e da Casemg, no escopo do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI –, criado pela Lei Federal nº 13.334, de 2016.

Nº 8.648/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais e ao Juízo da Vara Agrária de Minas Gerais pedido de providências para o cumprimento do previsto no § 3º do art. 565 do Código de Processo Civil, a fim de se verificar *in loco* a situação das famílias moradoras do Assentamento Pedro Marcelo dos Santos, na Comunidade Garrote, em Bocaiuva, e colher, em sequência, elementos necessários a melhor formação do convencimento do juízo competente.

Nº 8.649/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as medidas que estão sendo tomadas para mitigar os impactos provocados pela mina de urânio localizada no Município de Caldas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.650/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para o fornecimento de novos coletes à prova de disparos de arma de fogo aos policiais militares lotados em Manhuaçu e para o aumento do contingente policial do Alto Caparaó.

Nº 8.651/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública, realizada em Manhuaçu, para a realização de ações de inteligência policial de levantamento e monitoramento de alvos para a deflagração de ações de repressão criminal qualificada nesse município.

Nº 8.652/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a determinar a transferência do Sd. PM Eduardo Aidano de Souza Godinho, nº 170479-0, da 83ª Companhia do 26º Batalhão de Polícia Militar, no Município de Itabira, para a cidade mais próxima a Contagem, onde seus pais ora residem.

Nº 8.653/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para o aumento do contingente policial em Manhuaçu e para a conclusão das obras em curso na unidade da Polícia Civil do município.

Nº 8.654/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Procuradoria da República em Minas Gerais pedido de providências com vistas à adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis na interpelação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para que cumpra sua missão de execução da reforma agrária e de realização do ordenamento fundiário de maneira ativa e eficiente, bem como para que atue na efetiva resolução do conflito vivenciado pelos moradores do Assentamento Pedro Marcelo dos Santos, localizado na comunidade Garrote, no Município de Bocaiúva.

Nº 8.655/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que se proceda ao levantamento socioeconômico da situação dos moradores do Assentamento Pedro Marcelo dos Santos, localizado na comunidade Garrote, em Bocaiúva, bem como à avaliação individual de todas as benfeitorias existentes no imóvel que tenham sido erigidas pela comunidade, com vistas a garantir a justa indenização relativa a esses bens, caso ela se faça necessária.

Nº 8.656/2017, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, à Superintendência Regional do Incra em Minas Gerais e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários da Procuradoria da República em Minas Gerais pedido de providências para que enviem esforços com vistas a suspender o mandado de reintegração de posse expedido nos autos em curso na Vara Agrária de Minas

Gerais sob o nº 5162225-11.2016.8.130024, buscando-se um acordo para solução do conflito; e para priorizar a resolução da situação do Assentamento Pedro Marcelo dos Santos, localizado na comunidade Garrote, em Bocaiúva.

Nº 8.657/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências com vistas a viabilizar recursos financeiros para obras de manutenção e restauração emergenciais do Mosteiro Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, localizado no Município de Santa Luzia. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 8.658/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de providências com vistas a viabilizar recursos financeiros para obras de manutenção e restauração emergenciais do Mosteiro Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, localizado no Município de Santa Luzia. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 8.659/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Rosendo Ambrosio, prefeito de Lajinha, pelos 79 anos do município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.660/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao superintendente de empreendimentos do Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação das obras de saneamento básico e incrementos no Vale do Jequitinhonha. (– À Mesa da Assembleia.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 3.051/2017

Do deputado João Magalhães em que requer seja o Projeto de Lei nº 4.616/2017 distribuído à Comissão de Administração Pública para parecer.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Meio Ambiente (2), de Defesa do Consumidor, de Cultura e do Trabalho e do deputado Leonídio Bouças (2).

Questões de Ordem

O deputado João Leite – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, eu havia dito ontem neste Plenário que não tinha assinado a CPI da Copasa, até em respeito à companhia. Mas, Sr. Presidente, ontem o governo do Estado, irresponsavelmente, liberou, na Superintendência de Meio Ambiente de Paracatu, onde 70% da população só tem caminhão-pipa, praticamente 100 outorgas para a exploração de água. Sr. Presidente, só essas outorgas correspondem a 545 mil litros de água por segundo para pivô central na região de Paracatu. Paracatu precisa de 756 litros de água por hora para abastecer a cidade. Só o que foi liberado de outorga ontem daria praticamente para abastecer a cidade de Paracatu. Veja a irresponsabilidade deste governo. Estão aqui as outorgas que o governo concedeu ontem para uma região em que as pessoas não têm água para beber nem para a utilização humana. O governo libera quase 1 milhão de litros de água para pivô central num momento como este. A nossa Constituição – V. Exa. é um advogado e conhece bem essa questão – e a lei federal são claras: a prioridade é o abastecimento humano. Se não tem água para abastecimento humano, se neste momento ocorre nessa região perda de abastecimento, como o governo do Estado está liberando pivô central, aquele gasto de água excessivo, enquanto as pessoas, as crianças, os hospitais de Paracatu não têm água? A água está ligada à questão da saúde. São várias as liberações que foram feitas ontem. Estão aqui as portarias de outorga. Publicação de processo deferido. Estão aqui, lamentavelmente. Temos aqui a exploração, a busca de água no Rio Paracatu, aspersão convencional, irrigação de áreas. Vamos dar água para as crianças, para as famílias. É um escândalo o que este governo faz. Está aqui: “Noroeste de Minas, Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu, ponto de captação, vazão autorizada. Finalidade: irrigação de uma área de 90ha, por meio do método de pivô central. Portaria nº 03107/2017, do dia 19/9/2017”. Enquanto isso a imprensa traz a situação de Paracatu, deputado Dalmo Ribeiro Silva, onde 70% da população não têm água. Gestão dos recursos hídricos. Minas Gerais está em crise hídrica. Este governo gastador libera pivô

central numa região onde que as pessoas não têm água para consumo. Minas Gerais tem uma crise hídrica e uma crise de gestão. Apagão da gestão em Minas Gerais, por conta de um governo irresponsável. Estou ainda estudando as outorgas de ontem concedidas pelo governo de Minas Gerais. É um verdadeiro escândalo o que está acontecendo. Lamento que Minas Gerais esteja vivendo isso. Agradeço a V. Exa. o espaço para poder, urgentemente, comunicar isso à população de Minas Gerais. Este é um crime de responsabilidade: tirar água das pessoas para irrigar terra.

O deputado Cássio Soares – Nobre presidente Dalmo Ribeiro, nobres colegas parlamentares, mineiros e mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia, trago à luz deste Plenário um problema iminente na nossa região Sudoeste, um estudo feito pela Polícia Militar sobre a destituição da Banda de Música do 12º BPM de Passos. Em princípio, pode parecer uma questão muito simples, mas estamos falando de uma instituição que tem 51 anos de existência e que atende mais de duas dezenas de municípios do Sudoeste de Minas. A banda é um símbolo do policiamento comunitário, da aproximação da comunidade das estruturas, da aproximação da organização da sociedade civil com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Então, é com muita preocupação que recebo essa notícia de que o Comando-Geral da Polícia Militar de Minas está, de forma precipitada, fazendo uma proposta de extinção da Banda de Música do 12º BPM de Passos. Deixo aqui registrado. Já fizemos requerimento na Comissão de Segurança Pública e na Comissão de Administração Pública, para que seja revista essa atitude por parte do Comando-Geral da Polícia Militar. E neste momento, em que sabemos que a segurança pública do nosso estado precisa é de muito reforço. A banda não tem os policiais dedicados apenas a ela, mas também fazendo policiamento comunitário em todos os municípios abrangidos pelo 12º BPM. Esse é o registro que faço neste momento, nobre presidente. Agradeço e digo que vamos levar até o governo do Estado, ao Poder Executivo, a nossa reivindicação. Obrigado.

Oradores Inscritos

– Os deputados Doutor Jean Freire e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 8.642, 8.645, 8.646 e 8.650 a 8.653/2017, da Comissão de Segurança Pública, 8.644, 8.648 e 8.654 a 8.656/2017, da Comissão de Direitos Humanos, e 8.647/2017, da Comissão de Agropecuária. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Meio Ambiente (2) – aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 6/9/2017, dos Requerimentos nºs 8.121, 8.224 e 8.238/2017, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais; e aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, em 20/9/2017, dos Requerimentos nºs 8.531, 8.535 e 8.537/2017, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais;

de Defesa do Consumidor – aprovação, na 9ª Reunião Extraordinária, em 20/9/2017, do Requerimento nº 8.362/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva;

de Cultura – aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 20/9/2017, do Projeto de Lei nº 3.932/2016, do deputado João Vítor Xavier, e dos Requerimentos nºs 8.385/2017, do deputado Léo Portela, 8.562/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 8.568/2017, da deputada Ione Pinheiro; e

do Trabalho – aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 14/9/2017, dos Projetos de Lei nºs 179/2015, do deputado Inácio Franco, 4.171/2017, do deputado Carlos Pimenta, 2.814/2015 e 3.940/2016, do deputado Gil Pereira, 3.159/2015, do deputado Sargento Rodrigues, 3.679/2016, do deputado Tony Carlos, 3.764/2016, do deputado Fred Costa, 3.917/2016, do deputado Rogério Correia, 3.992/2017, do deputado Noraldino Júnior, 3.999/2017, do deputado Hely Tarquínio, 4.033/2017, do deputado Emidinho Madeira, 4.085, 4.181 e 4.193/2017, do deputado Ivair Nogueira, 4.089/2017, do deputado Mário Henrique Caixa, 4.131/2017, do deputado Noraldino Júnior, 4.133/2017, do deputado Arlen Santiago, 4.155/2017, do deputado Paulo Guedes, 4.202/2017, do deputado Doutor Jean Freire, 4.220/2017, da deputada Celise Laviola, 4.232/2017, do deputado João Leite, 4.248/2017, do deputado Léo Portela, e 4.321 e 4.345/2017, do deputado Antônio Jorge, e dos Requerimentos nºs 8.236/2017, da Comissão de Participação Popular, 8.239/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 8.372/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, e 1.517/2015, do deputado Carlos Pimenta, e 3.754/2016, do deputado André Quintão, ambos com a Emenda nº 1 (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 22, às 9 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 28ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/9/2017

Presidência do Deputado Braulio Braz

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Palavras do Deputado Antonio Carlos Arantes – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Antônio Eustáquio Barbosa – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antonio Carlos Arantes – Braulio Braz.

Abertura

O presidente (deputado Braulio Braz) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar os 52 anos da regulamentação da profissão de administrador.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. administrador Antônio Eustáquio Barbosa, presidente do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA-MG; Roberto do Nascimento Rodrigues, presidente da Fundação João Pinheiro; Juliano Lima Pinheiro, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças; administrador Gilmar Camargo de

Almeida, vice-presidente do CRA-MG; administrador Nourival de Souza Resende Filho, vice-presidente de formação profissional do CRA-MG; Raul Marinuzzi, vice-presidente de Relações Institucionais do CRA-MG; e deputado Antonio Carlos Arantes, coautor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música da Guarda Municipal de Belo Horizonte, regida pelo subinspetor Meira.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre o Conselho Regional de Administração de Minas Gerais e a história da profissão de administrador e sua regulamentação.

– Procede-se à exibição de vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Braulio Braz, coautor do requerimento, que deu origem a esta solenidade.

Palavras do Presidente

Boa noite senhoras, senhores e convidados. Quero saudar a Mesa, e, em primeiro lugar, o deputado estadual, nobre colega, Antonio Carlos Arantes, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Saúdo também os Srs. Antônio Eustáquio Barbosa, presidente do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais; Roberto do Nascimento Rodrigues, presidente da Fundação João Pinheiro; Juliano Lima Pinheiro, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças; Gilmar Camargo de Almeida, vice-presidente de *marketing* do CRA; Nourival de Souza Resende Filho, vice-presidente de formação profissional do CRA-MG e também, não estando presente na Mesa, Raul Marinuzzi, vice-presidente de relações funcionais do CRA.

É com grande satisfação que nos reunimos, hoje, nesta Casa Legislativa, para comemorar os 52 anos de regulamentação da profissão de administrador no Brasil. Instituída pela Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, esta conquista é de grande representação.

Como empresário, há 50 anos, sinto-me orgulhoso em condecorar, nesta tribuna, os trabalhadores de uma categoria tão presente na sociedade. Ser um bom gestor é essencial para qualquer negócio, notadamente considerando-se época e cenário econômico, uma vez que esses exercem influência sobre como se dará o trabalho de estar à frente de equipes, órgãos e grupos. Enfim, os administradores são imprescindíveis para o sucesso e resultados.

Formar líderes, planejar e orientar o uso dos recursos financeiros, físicos, tecnológicos, bem como o capital humano das empresas são atribuições de um administrador que busca efetividade. Não é à toa que, ao definir um administrador, eu digo que são todos aqueles capazes de estruturar e impulsionar o funcionamento dos mais diversos setores das empresas, garantindo a perfeição, transformando produtos e serviços em bens de excelência e contribuindo para a geração de empregos e renda.

São profissionais que têm visão, como gosto de dizer, “têm olhos de águia”, sempre aptos a liderar, orientar, adequar, incentivar, descobrir novos caminhos e novas formas de revolucionar, a cada dia. Historicamente falando, no Brasil a formação do administrador começou a ganhar evidência na década de 1940, período em que se acentuava a necessidade da mão de obra qualificada, em decorrência da industrialização. A partir de então, o ensino de administração passou a ter importância, pois precisávamos de pessoas especializadas para dar suporte às questões econômicas e administrativas que surgiam nas empresas que ora se instalavam em nosso país.

Esse processo se desenvolveu após a regulamentação da profissão de administrador, ocorrida na metade dos anos 1960, por meio da Lei nº 4.769, que instituiu acesso exclusivo, no mercado profissional da administração, aos portadores de títulos expedidos pelo sistema universitário. A criação dos Conselhos Federal e Estadual de Administração, ocorrida na mesma época, pela referida

legislação que regulamentou a profissão, também surgiu por delegação do Ministério do Trabalho, um marco muito grande. A lei delimitou os campos de atuação, cabendo aos conselhos zelar para que somente profissionais registrados passassem a desempenhar as funções.

Nesses 52 anos, a profissão se desenvolveu muito. Foram novos conhecimentos, novas formas de captação de recursos, tecnologias, adaptações constantes e, sobretudo, expansão e trabalho árduo. As oscilações econômicas do País têm grande impacto sobre a vida das empresas, exigindo soluções criativas e controle permanente de inúmeras variáveis para assegurar os negócios. Nos tempos atuais, os avanços abriram novas perspectivas para os administradores, ao facilitarem diversos processos e darem acesso a uma enorme quantidade de informações para embasar as tomadas de decisões. Contudo, ao mesmo tempo, o ambiente de negócios se tornou competitivo, com desafios e consumidores mais exigentes. Desde então, passou a ocorrer uma grande ascensão da categoria dos administradores ao topo da hierarquia das decisões. A demanda por profissionais capazes de inovar em bases sustentáveis e éticas, apresentando resultados, sem perder de vista o compromisso com a sociedade, foi refletida nas salas de aula, tendo as universidades de se adequar à realidade das empresas, modernizando a grade curricular para, assim, formar profissionais preparados para atender à demanda das organizações.

A administração é, sem dúvida, uma das ciências humanas que mais se desenvolveu e produziu conhecimentos durante os últimos 52 anos. A profissão de administrador se tornou tão completa e importante no contexto socioeconômico nacional que podemos constatar que o curso de graduação em administração é, hoje, de acordo com o MEC, o segundo mais procurado pelos ingressantes nas universidades públicas e privadas. Os profissionais de administração, pessoas interessadas no crescimento do Brasil, precisam propagar a valorização de gestões competentes e propositivas. O zelo pelo exercício se estende à defesa da profissão, à difusão das melhores práticas da administração de empresas e ao aprimoramento por meio da expansão massiva das tendências existentes no mercado e desenvolvidas nos campos de atuação. Sabemos que os desafios na função de administrador são constantes e sempre surgirão. Cabe, então, aos profissionais acompanhar a modernidade, ser estrategistas, se antecipar aos obstáculos e desenvolver as competências necessárias. Que vivam intensamente a profissão, com ética, e acreditando cada vez mais em seu potencial, pois quem é administrador tem de ter autoconfiança!

Ao comemorar os 52 anos de regulamentação da profissão de administrador, fico feliz ao poder registrar o meu orgulho de representar os anseios da categoria em nosso Estado, por intermédio de meu mandato como parlamentar nesta Casa Legislativa. Acredito que, com a união da classe, seremos sempre capazes de conquistar mais espaço e assegurar direitos. É com muita honra que, hoje, celebramos esta conquista e homenageamos todos os profissionais de administração do País, que, de forma democrática, na área pública ou privada, prestam relevantes serviços, constroem histórias e exercem um importante papel para o crescimento desta nação. Há a transformação de vidas, a lapidação do ser humano, o desenvolvimento de capacidades e uma transição contínua. A administração move o mundo!

Parabéns administradores! Muito obrigado.

O locutor – Com a palavra, o deputado Antonio Carlos Arantes, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Deputado Antonio Carlos Arantes

Cumprimento o Exmo. Sr. deputado Braulio Braz, também coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa; o administrador Antônio Eustáquio Barbosa, presidente do CRA de Minas Gerais; Roberto do Nascimento Rodrigues, presidente da Fundação João Pinheiro; Juliano Lima Pinheiro, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças; Gilmar Camargo de Almeida, administrador, vice-presidente do CRA-MG; Nourival de Souza Resende Filho, administrador, vice-presidente de Formação Profissional do CRA-MG.

Também gostaria de cumprimentar todas as autoridades e lideranças presentes e a banda da Guarda Municipal de Belo Horizonte. Parabéns pela bela apresentação.

Senhoras e senhores, neste mundo globalizado, o administrador nunca foi tão importante, já que a empresa vira uma máquina: cada dia tem de produzir mais e mais, cada dia com uma margem de lucro menor. Como diz o Faustão, ele tem de se virar nos 30. Então, o administrador tem ali uma função extraordinária e importante neste mundo globalizado para manter os seus negócios, para levar informações, para gerar produtos e renda, crescer e desenvolver o País.

Como sou da área pública, gosto muito de ver exemplos e tinha muita vontade de conhecer Singapura, um país do tamanho da RMBH, uma ilha, sem recursos naturais, mas que, em 30 anos, passa do que tinha de pior para o que tem de melhor em inovação, em desenvolvimento, ou seja, um país modelo: administração. Um presidente tomou decisões duras, pesadas, com disciplina e inovação. Foi uma administração competente, teve muita competência como gestor.

Vejam o exemplo de Dubai. Lá é diferente, pois tem muitos recursos naturais e souberam desenvolver o país. Também é um exemplo de como é diferente e mostra competência. Depois vem a Venezuela. Quem é o administrador? O que pensa grande, com seriedade, capacidade como Singapura? O outro que pensa grande também, mas com muito mais recursos, com muito mais facilidade? Ou o outro que pensa pequeno, com modelo arcaico e hoje os seus administrados, o seu povo disputa lata de lixo no tapa? A que ponto chega a importância do administrador!

E no Brasil? No Brasil temos gestores e administradores que fizeram suas partes bem-feitas; outros, mais ou menos; e uns, da pior forma possível, a ponto de chegar aonde chegamos. Hoje o que temos visto é que já está havendo algumas ações positivas de reformas, por exemplo, a da previdência. No meu entendimento, a reforma da previdência tem de ser feita sim. Mas, e se fizer? Se houver uma má administração, vai adiantar? Não vai. Se não fizer e administrar bem, de repente ela pode se recuperar. Então o problema nem sempre está na forma, pode estar na gestão, na administração.

A profissão de vocês é fundamental. A cada dia, é preciso formar novos administradores que pensam grande, que sejam modernos, pois a inovação hoje exige. O importante é que se administre diferente de muitos exemplos que temos visto neste país. Realmente hoje nos preocupa muito a forma como o País está sendo administrado. Nós, que somos políticos, estamos preocupados. Quando falo nós, tenho coragem de citar o Braulio, porque não adianta falar uma coisa e praticar outra, é hipocrisia, e o Braulio é um gestor.

Será que um modelo como o da Cemig, em que se coloca alguém que nunca entendeu de energia – o que aconteceu no início do governo – funciona? Será que se pode fazer isso em cargos importantes como vejo na própria Cemig e na Copasa? Quando digo modelo de hoje, não se trata só do governo Fernando Pimentel, vem de outros governos também. Logicamente que, na época de Aécio e Anastasia, a palavra meritocracia era uma prática. Para indicarmos uma pessoa a um cargo na educação ou na saúde da minha região, ela tinha que estar certificada, ser administradora. Hoje isso não acontece. Então o modelo que está aí é preocupante porque o dinheiro é público, do povo.

Nunca se cobraram tantos impostos e, quando se cobra muito, tem de se devolver o produto na educação, na saúde e na segurança. O cidadão virou uma massa de manobra, um escravo para gerar imposto, um produto para o poder público não devolver, não materializar em realizações para o cidadão.

A nossa Fundação João Pinheiro, aliás, tem papel fundamental para formar gestores públicos que tenham méritos para administrar um cargo público, pois o cidadão que administra sua empresa sofre, luta, gera renda e recursos para o desenvolvimento do Estado.

Parabéns! Cumprimento-os mais uma vez. Que Deus proteja nossos administradores privados e públicos para que tenhamos um Brasil melhor. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Braulio Braz, coautor do requerimento, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas, deputado Adalclever Lopes, junto ao deputado Antonio Carlos Arantes, coautor do requerimento, farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao administrador Sr. Antônio Eustáquio Barbosa, presidente do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: (– Lê:) “Órgão consultivo que orienta, disciplina e fiscaliza o exercício da profissão de administrador, o Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA-MG – exerce, cada vez mais, um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado e do País. Com ética e competência, a entidade promove a valorização dessa categoria profissional, realiza estudos constantes sobre as tendências do mercado de trabalho, contribui para a sustentabilidade das mais diversas organizações e participa ativamente do debate de grandes temas nacionais. O resultado desse construtivo trabalho é o aprimoramento das práticas de gestão no setor público e em empresas privadas. Ao se completarem 52 anos de regulamentação da profissão de administrador, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais parabeniza o Conselho Regional de Administração por sua relevante atuação em prol da sociedade”.

O deputado Braulio Braz e o deputado Antonio Carlos Arantes convidam todos os integrantes da Mesa para participarem deste ato.

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – Parabéns aos senhores. Ouviremos agora o pronunciamento do administrador Antônio Eustáquio Barbosa, presidente do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais.

Palavras do Sr. Antônio Eustáquio Barbosa

Exmo. Sr. deputado Braulio Braz, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes; Exmo. Sr. deputado Antonio Carlos Arantes, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues, presidente da Fundação João Pinheiro; Sr. Juliano Lima Pinheiro, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças; digníssimos conselheiros do Conselho Regional de Administração; ilustríssimas autoridades; funcionários do CRA-MG; demais presentes, boa noite.

Para mim, é uma imensa honra poder representar todos os profissionais de administração de Minas Gerais nesta tão importante cerimônia. Gostaria de agradecer à Assembleia Legislativa de Minas Gerais essa homenagem tão significativa para toda a categoria, em especial aos Exmos. Srs. deputados Braulio Braz, Antonio Carlos Arantes e Luiz Humberto Carneiro, mentores desta reunião.

A regulamentação da profissão de administrador é recente, mas a administração é necessária desde os primórdios, afinal planejamento, organização, direção e controle sempre estiveram presentes na sociedade. Mas, a partir de 1965, com a regulamentação da profissão, o sistema CFA-CRA vem trabalhando no fortalecimento da administração e do profissional na sociedade, e o espaço que esta Casa vem dando à profissão se faz primordial na luta para a conscientização da importância de uma gestão profissional não só no âmbito privado, mas também no setor público.

Preocupado com os rumos do País, o sistema CFA-CRAs criou o Índice CFA de Governança Municipal, que condensa a informação de diversas variáveis como educação, saúde, gestão, gestão fiscal, gestão ambiental, emprego e renda, entre outros, e servirá para promover melhorias e ajustes na gestão dos municípios, sendo um insumo indispensável para os prefeitos na elaboração de políticas públicas.

Queremos ser uma instituição que anda lado a lado com o poder público, auxiliando, sugerindo melhorias e proporcionando ao profissional de administração, condições de estar junto com os atores políticos para promover gestões eficientes, racionais e éticas sem se esquecer do lado humano.

Que possamos, então, trabalhar juntos para o fortalecimento da profissão e da sociedade. Muito obrigado.

O locutor – Com a palavra, o deputado Braulio Braz, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes.

Palavras do Presidente

O presidente Adalclever Lopes escreveu uma mensagem para vocês, que representam hoje o CRA-MG.

(– Lê:) “É uma grande honra para esta Casa comemorar os 52 anos da regularização da profissão de administrador. Na sociedade atual, o trabalho dos profissionais do setor tornou-se imprescindível para o crescimento da economia e o desenvolvimento do País, que exige uma melhor gestão de nossos projetos de futuro. Em tempos de crise, um administrador qualificado é amplamente necessário para que a qualidade de vida de todos nós não sofra retrocessos. A comunidade brasileira e mundial, diante de tantas e rápidas mudanças, confia nos métodos e ações que traduzem o conhecimento de um administrador ético, atualizado e comprometido com as grandes questões referentes à vida atual, desde o meio ambiente aos direitos humanos.

Ao longo deste meio século transcorrido, mais de um milhão e meio de bacharéis foram formados no segmento profissional que se tornou o mais requisitado pelos jovens brasileiros que ingressam nas faculdades.

A valorização da profissão muito se deve aos órgãos de classe, como o Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, que homenageamos, junto com todos os que se dedicam a esta fundamental atividade. Muito obrigado.”

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos os presentes a apreciar a apresentação da Banda de Música da Guarda Municipal de Belo Horizonte, regida pelo subinspetor Meira, que nos apresentará as seguintes músicas: *Cantar*, de Godofredo Guedes, e *Sábado em Copacabana*, de Dorival Caymmi, com arranjos de Sylvio Francisco. Entre uma e outra, será apresentada a música *Amigos para Sempre*. Execução a cargo do guarda Venceslau.

– Procede-se à apresentação musical.

O locutor – Em nome dos deputados Braulio Braz e Antonio Carlos Arantes, a Assembleia Legislativa aproveita o momento para agradecer à Banda de Música da Guarda Municipal de Belo Horizonte pela participação brilhante nesta solenidade.

Encerramento

O presidente – A presidência agradece a honrosa presença de todos e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 19, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 19/9/2017.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 8/5/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza o repasse de recursos ao Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, com vistas ao cumprimento das obrigações decorrentes do conjunto de benefícios mantidos para os segurados vinculados desse instituto; 2ª) autoriza a aposição de código no Sistema Informatizado de Frequência, para fins de regularização da jornada de trabalho de servidor no dia 28 de abril de 2017; 3ª) autoriza a adesão da Assembleia Legislativa à Ata de Registro de Preços nº 277/2016 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais – Seplag –, para contratação de serviços de *outsourcing* de impressão; 4ª) mantém a decisão da pregoeira pelo deferimento do recurso apresentado pela pregoante CEI Serviços de Engenharia Ltda., referente ao Pregão Eletrônico nº 93/2016. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo

termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Crown Video Systems Assessoria e Comércio Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de locação de sistema de transmissão e recepção de áudio e vídeo, ao vivo, para TV, utilizando a rede de telefonia móvel celular como meio de transmissão – parecer favorável à prorrogação, com redução de preço, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Telefônica Brasil S.A., tendo como objeto a prestação de serviço móvel pessoal (SMP) especializado, sistema digital pós-pago e serviço de dados móvel – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Coopercasca Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de transporte e deslocamentos de pessoas por meio de táxi – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda., tendo como objeto a aquisição de uma camioneta cabine simples – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 7/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Locmaq Locadora de Máquinas Ltda. EPP, tendo como objeto a aquisição de copos plásticos descartáveis – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 15/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Mineira de Municípios, tendo como objeto o patrocínio de evento denominado 34º Congresso Mineiro de Municípios – parecer favorável à contratação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c art. 132 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescido pelo art. 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004 e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 20/2/2017, a servidora Vitória de Toledo Soares, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Analista de Sistemas; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis nºs 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, das Leis Complementares nºs 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, da Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/2008, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/5/2017, o servidor Celso Eduardo Testoni Neiva, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 15 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de maio de 2017.

Deputado Adalclever Lopes, presidente – deputado Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – deputado Inácio Franco, 3º-vice-presidente – deputado Rogério Correia, 1º-secretário – deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – deputado Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 15/5/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de abril de 2017, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab - referente ao mês de abril de 2017, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/4/2017, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Mecanográfica e Laser Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos da gráfica – parecer pela prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Net Service S.A., tendo como objeto a aquisição e instalação de ar condicionado de precisão – parecer favorável à correção do CNPJ da empresa no preâmbulo do contrato, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Belo Copy Comércio de Equipamentos Reprográficos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de cópia e impressão, incluindo equipamentos, instalação, treinamento de operadores, serviço de manutenção permanente e fornecimento de peças de reposição e insumos, exceto papel – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Squadra Tecnologia S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de fábrica de *software* para desenvolvimento e manutenção de aplicações e sistemas da informação – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral da Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 22 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de maio de 2017.

Deputado Adalclever Lopes, presidente – deputado Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – deputado Inácio Franco, 3º-vice-presidente – deputado Rogério Correia, 1º-secretário – deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – deputado Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 22/5/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.660/2017, altera a Deliberação da Mesa nº 2.421, de 30 de junho de 2008, que regulamenta o Adicional de Desempenho – ADE – no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de condução de veículos automotores – parecer favorável à revisão de preços em razão de nova convenção coletiva de trabalho, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Líder Táxi Aéreo S.A. – Air Brasil, tendo como objeto a prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, modalidade táxi aéreo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 24 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de maio de 2017.

Deputado Adalclever Lopes, presidente – deputado Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – deputado Inácio Franco, 3º-vice-presidente – deputado Rogério Correia, 1º-secretário – deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – deputado Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 29/5/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre a concessão de auxílio-educação especial. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.661/2017, a Mesa altera as Deliberações nºs 2.435/2008; 2.565/2013; 2.569/2013 e 2.585/2014. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação nas dependências da Contratante e seus anexos, com o fornecimento de materiais e equipamentos – parecer favorável à alteração do horário de trabalho dos prestatos, na jornada especial de 12 X 36 horas, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Talentos Cinevídeo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos de áudio e vídeo para a Diretoria de Comunicação Institucional da Contratante – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Uberaba, tendo como objeto a adoção de ações conjuntas visando à transmissão da Rede Legislativa em TV Digital na cidade de Uberaba, por meio do canal 61 – parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e

da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Unimed – Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Lei nº 4.322/2017, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2017 – parecer pela aprovação no 2º turno na forma proposta, aprovado. Isso posto, a Mesa manifesta-se favorável à concessão do Adicional de Desempenho – ADE, nos termos da Lei nº 17.590/2088, alterada pela Lei nº 20.693/2013, regulamentada pela Deliberação da Mesa nº 2.421/2008 e suas alterações, e pela Deliberação da Mesa nº 2.432/2008, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, datado de 8/5/2017, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas em 26/4/2017, e homologou a listagem por ela elaborada contendo o nome dos servidores aptos à obtenção do ADE, no ano de 2017. Ato contínuo, a Mesa manifesta-se favoravelmente à concessão de progressão e promoção na carreira, a partir de 1º/1/2017, aos servidores efetivos e do Grupo de Execução da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos da Lei nº 15.014/2004, da Lei nº 22.478/2017, e das Resoluções nºs 5.214/2003, 5.215/2004, 5.314/2008, 5.347/2011, 5.365/2012, regulamentadas pela Deliberação da Mesa nº 2.432/2008 e suas alterações, e da Decisão da Mesa de 8 de abril de 2013, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, datado do dia 8/5/2017, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas em 26/4/2017, e homologou a listagem por ela elaborada contendo o nome dos servidores aptos à evolução na carreira. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis nºs 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, das Leis Complementares nºs 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, da Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/2008, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 23/3/2017, o servidor Caio Duilio de Oliveira Borelli, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observada a Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012, e as disposições contidas nas Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e no Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, e nos termos do Laudo de Aposentadoria da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, datado de 6/4/2017, aposentando, por invalidez, a partir de 7/4/2017, com proventos integrais, o servidor Levi de Sales Filho, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 5 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de junho de 2017.

Deputado Adalclever Lopes, presidente – deputado Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – deputado Inácio Franco, 3º-vice-presidente – deputado Rogério Correia, 1º-secretário – deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – deputado Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 2/5/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide aprovar o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes n 2/2017, elaborado pela comissão especial criada pela Portaria do Diretor-Geral n° 8/2017, autorizando a alienação dos bens classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Nexus Transporte e Logística Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de transporte de cargas, por meio de caminhão, em Belo Horizonte e respectiva região metropolitana – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa da deputada Geisa Teixeira referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Elevadores Atlas Schindler Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças em 11 elevadores – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico n° 12/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom –, tendo como objeto a prestação de serviços de adolescentes trabalhadores – parecer favorável à prorrogação excepcional, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Paulo Guedes referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a AMC Informática, tendo como objeto a prestação de serviços de impressão, com fornecimento de equipamentos e insumos, exceto papel – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Lafayette de Andrada referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução n° 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções n°s 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa n° 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei n° 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução n° 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa n° 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de maio de 2017.

Deputado Adalclever Lopes, presidente – deputado Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – deputado Inácio Franco, 3º-vice-presidente – deputado Rogério Correia, 1º-secretário – deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – deputado Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 24/5/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de

Belo Horizonte, tendo como objeto a colaboração e cooperação entre os partícipes – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Viação Serro Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de transporte rodoviário em ônibus, com motorista, em viagens e traslados, a serviço da contratante, no território nacional – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa, a Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal de Uberlândia, tendo como objeto a adoção de ações conjuntas visando à transmissão da Rede Legislativa em TV Digital na cidade de Uberlândia – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Lei nº 4.322/2017, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2017 – parecer pela aprovação no 1º turno na forma proposta, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de maio de 2017.

Deputado Adalclever Lopes, presidente – deputado Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – deputado Inácio Franco, 3º-vice-presidente – deputado Rogério Correia, 1º-secretário – deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – deputado Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/9/2017

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Guedes, Fred Costa e João Leite (substituindo o deputado Elismar Prado, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.300/2017, do deputado Fred Costa. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.321/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater as consequências da Resolução nº 23.520, de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE –, que dispõe sobre o rezoneamento eleitoral;

nº 9.325/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Resolução nº 23.520, de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE –, que estabelece diretrizes para a extinção e o remanejamento de zonas eleitorais no interior dos Estados;

nº 9.332/2017, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a inclusão da comunidade de Alvarenginha dos Pinhanos, zona rural do Município de Alvarenga, no programa Minas Comunica, para atendimento pelo serviço de telefonia celular;

nº 9.338/2017, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atuação da Copasa-MG no Estado, tendo em vista o péssimo serviço prestado aos municípios mineiros;

nº 9.339/2017, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada audiência pública em Lagoa Grande para debater as medidas que possam alavancar a arrecadação municipal e promover o desenvolvimento econômico e social do município;

nº 9.340/2017, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada audiência pública para debater a realização das obras e intervenções, especialmente a construção de passarelas, previstas no programa de exploração da Rodovia BR-040, no trecho de Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 9.341/2017, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Santa Vitória para debater os prejuízos causados pela paralisação das atividades da Companhia Energética Vale do São Simão – Usina Andrade – aos produtores rurais, ao município e à região;

nº 9.361/2017, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 11/2015, que institui a Região Metropolitana de Montes Claros, dispõe sobre sua organização e funções e dá outras providências;

nº 9.537/2017, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada visita da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização à Secretaria de Estado de Governo para discutir a nomeação urgente de defensor público para atuar na Comarca de Conceição das Alagoas;

nº 9.554/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a construção de crematório e velório no Bairro Vale do Sol, em Nova Lima;

nº 9.555/2017, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer sejam encaminhadas ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público as notas taquigráficas 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/8/2017, que debateu a cobrança feita pela Construtora Andrade Gutierrez ao Município de Betim;

nº 9.624/2017, do deputado Paulo Guedes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 569/2015, do Senado Federal, que altera o inciso VIII do art. 231 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a infração de transporte remunerado de pessoas ou bens;

nº 9.668/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a respeito do fechamento do Minascentro para reforma;

nº 9.727/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cronograma de investimentos relativo ao contrato de concessão da BR- 040, no trecho entre Brasília e Juiz de Fora, incluindo os valores das praças de pedágio e a programação de aportes apresentado pela Via 040.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2017.

Fred Costa, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 46/2017, DE MARCELO FERNANDES SIQUEIRA PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS – FUNED – NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/9/2017

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Geraldo Pimenta, Duarte Bechir e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar

da primeira reunião desta comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente da comissão. Registram-se as candidaturas dos deputados Geraldo Pimenta, para presidente, e Duarte Bechir, para vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Geraldo Pimenta e Duarte Bechir, por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e dá posse ao vice-presidente, a quem passa a direção dos trabalhos. O vice-presidente, deputado Duarte Bechir, dá posse ao presidente eleito, deputado Geraldo Pimenta. A seguir, o presidente designa como relator do parecer sobre a Indicação nº 46/2017 o deputado Durval Ângelo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2017.

Geraldo Pimenta, presidente – Carlos Pimenta – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/9/2017

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e João Leite (substituindo o deputado Sargento Rodrigues, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Isauro Calais. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Fábio George Cruz da Nóbrega, corregedor nacional em exercício (25/8/2017); Leonardo Duque Barbarela, promotor de justiça; e Jésus do Rosário dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Ferros (7/9/2017). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.575/2016 com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cristiano Silveira, em virtude de redistribuição); 4.048/2017 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Magalhães); 4.100/2017 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Leite, em virtude de redistribuição); e 4.115/2017 (relator: deputado Dirceu Ribeiro). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.388 e 8.458/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.782/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que sejam prorrogados os prazos previstos na Lei nº 22.549, de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 47.210/2017, especialmente quanto à adesão ao plano de regularização de débitos fiscais relativos ao ICMS;

nº 9.783/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. pedido de informações sobre a razão de não estarem sendo pagos os empréstimos autorizados para os municípios do Norte de Minas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2017.

João Magalhães, presidente – Arnaldo Silva – Agostinho Patrus Filho – Cristiano Silveira.

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/9/2017**

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Nozinho e Roberto Andrade (substituindo o deputado Emidinho Madeira, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.781/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o uso excessivo de agrotóxico no Brasil, especialmente em Minas Gerais;

nº 9.785/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater as obras inacabadas em todo o Estado, especialmente as rodovias e aquelas que afetam as regiões rurais;

nº 9.787/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, em que requerem seja realizada visita ao Expominas 2017, no Município de Belo Horizonte, com o objetivo de participar da abertura da Semana Internacional do Café;

nº 9.792/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da crise hídrica, do comprometimento dos níveis de abastecimento de água e da ineficiência da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – em fornecer os serviços de água e esgoto no campo e na cidade, tendo em vista a falta de investimentos em infraestrutura.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Fabiano Tolentino – Isauro Calais.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A
INDICAÇÃO Nº 46/2017, DE MARCELO FERNANDES SIQUEIRA PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO
EZEQUIEL DIAS – FUNED – NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/9/2017**

Às 16h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Geraldo Pimenta, Doutor Wilson Batista e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira, indicado para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed –, a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado e proceder à sua arguição pública, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Durval Ângelo. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 46/2017 (relator: deputado Durval Ângelo). Cumprida a finalidade da reunião e da comissão, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2017.

Geraldo Pimenta, presidente.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/9/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.022/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira, e 4.073/2017, do deputado Isauro Calais.

Requerimento nº 8.579/2017, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÕES**

– O presidente despachou, em 21/9/2017, as seguintes comunicações:

Do deputado Leonídio Bouças em que notifica o falecimento do Sr. Joaquim Vasconcelos Barbosa, ocorrido em 1º/9/2017, em Araçuai. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Leonídio Bouças em que notifica o falecimento da Sra. Zélia Passuelo, ocorrido em 19/9/2017, em Fronteira. (– Ciente. Oficie-se.)

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 67º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 24/3/2017, em Uberaba, que resultou na apreensão de 77kg de maconha e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 6.620/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 8ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/3/2017, em Aimorés, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 6.621/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/3/2017, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de 23kg de maconha e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.622/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os bombeiros militares que menciona, lotados no 3º Batalhão de Bombeiros Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/3/2017, em Santana do Riacho, que resultou no resgate de um homem que caiu no Rio Cipó (Requerimento nº 6.623/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/3/2017, em Ibité, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, munição e uma balança de precisão (Requerimento nº 6.624/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/3/2017, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, munição e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.638/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 3ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/3/2017, em Vespasiano, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, munição, quantia em dinheiro, veículos e na detenção de cinco pessoas (Requerimento nº 6.644/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/3/2017, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de 2kg de pasta base de cocaína (Requerimento nº 6.645/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social – Atsids/PM –, pelos relevantes serviços prestados no setor de tecnologia da informação da Polícia Militar de Minas Gerais (Requerimento nº 6.651/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 8º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 30/3/2017, em Oliveira, que resultou na apreensão de drogas, munição, arma, dois veículos, objetos diversos e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 6.660/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Cooperativa Agrária de Machado – Coopama – pelos 73 anos de sua fundação (Requerimento nº 7.886/2017, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a Sra. Jalmelice Luz, jornalista, pelo lançamento do livro *Noites Pretas* (Requerimento nº 8.023/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Empresa de Pesquisa e Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pelos seus 43 anos de existência (Requerimento nº 8.060/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de pesar pelo falecimento do Sr. Edison Gualberto de Souza, empresário, jornalista, conhecido como fundador da TV Leste e decano do PMDB de Governador Valadares (Requerimento nº 8.066/2017, da deputada Celise Laviola);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 22/8/2017, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de drogas (Requerimento nº 8.368/2017, do deputado Coronel Piccinini);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pela atuação na operação, em 23/8/2017, em Belo Horizonte, que resultou em voz de prisão para 16 pessoas que trabalhavam como guardadores e lavadores de carros sem autorização para o exercício da atividade (Requerimento nº 8.386/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pela atuação na ocorrência, em 25/8/2017, em Belo Horizonte, que resultou na recuperação de dois veículos e três aparelhos celulares roubados, na apreensão de uma réplica de arma de fogo, drogas e aparelhos de GPS, na prisão de três envolvidos e na apreensão de um menor. (Requerimento nº 8.387/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Sra. Aurora Russi, cônsul da Itália em Minas Gerais, pelos relevantes serviços prestados (Requerimento nº 8.388/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Instituto São Rafael pelos 91 anos de funcionamento em favor das pessoas com deficiência visual (Requerimento nº 8.459/2017, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a revista *Elas por Elas* pelo lançamento de sua 10ª edição (Requerimento nº 8.519/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/9/2017

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, deputados, deputadas, o assunto que nos traz à tribuna nesta tarde, sobre a segurança pública em nosso estado, vem nos incomodando muito.

Hoje pela manhã, eu e o deputado João Leite, com a presença do ilustre deputado Vanderlei Miranda, conversamos com o presidente Adalclever Lopes sobre o avanço do crime e da violência em nosso estado, falando especialmente sobre o aumento do número de armas e explosivos que vem fazendo com que o crime e, conseqüentemente, a violência avancem em Minas, como está acontecendo, deputado João Leite, no Aglomerado da Serra – obviamente, não só ali, mas em todo o Estado.

Deputado Dalmo, que preside a sessão neste momento, o que vem nos preocupando é a distribuição de armas e explosivos no território mineiro. Isso acontece porque hoje as nossas divisas estão mais enfraquecidas, e o efetivo das duas polícias está reduzido.

E aqui, deputado João Leite – quero ser fiel às palavras que tivemos com o presidente –, tenho feito cobranças sistemáticas ao governo do Estado sobre a questão de segurança pública. Porém, sabemos que tem uma outra parcela, o outro ente que precisa ser cobrado, deputado Dalmo, que é o governo federal. Armas e explosivos estão entrando pelas divisas de estado, pelas nossas rodovias federais, e é preciso conter esse avanço. É óbvio que precisamos fazer um diagnóstico, chamar a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Promotoria de Combate ao Crime Organizado para que possamos fazer o diagnóstico dessas armas que estão entrando. Essas armas e especialmente os explosivos têm impactado todo o interior do Estado.

Deputado João Leite, acredito que a proposta que levamos ao presidente da Assembleia de criar uma comissão parlamentar de inquérito terá eco em toda a Casa, porque não será uma CPI para investigar nenhum órgão público do governo do Estado, mas, sim, para traçar um diagnóstico do avanço do crime e da violência em nosso estado a partir da entrada de armas e explosivos. Também quero contar com seu apoio, Coronel Piccinini, porque hoje o governo federal tem feito muito pouco em nosso estado. Aprovamos, inclusive, um requerimento esta semana para conversarmos com o ministro da Justiça e também com o secretário nacional de Segurança Pública, para que possamos mostrar a eles também o quanto é baixo o efetivo da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal no território mineiro. E o baixo efetivo e uma atuação, eu diria, capenga desses dois órgãos da União vêm fazendo com que armas e explosivos adentrem o nosso estado. Também precisamos cobrar a parcela de responsabilidade do governo federal.

Mais cedo, eu e o deputado João Leite, inclusive com a presença do deputado Vanderlei Miranda, estávamos conversando com o presidente sobre a necessidade de criarmos aqui, em Minas Gerais, uma força-tarefa, até para mostrar para Brasília que a legislação penal está ultrapassada e que, mais do que nunca, precisamos tipificar rapidamente o estouro de caixa eletrônico, porque não há um tipo penal próprio. Temos ali o furto qualificado, que seria o arrombamento com o uso e emprego de explosivos, mas não temos o tipo penal adequado para estouro de caixa de eletrônico.

Na verdade, precisamos rever a legislação penal em vários aspectos. Há pouco tempo, ouvi uma entrevista do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que dizia que as forças policiais apreendem três fuzis por dia no Estado do Rio de Janeiro.

Obviamente, parte desse armamento vem de outros países e acaba chegando no Estado de Minas Gerais. Mas a pessoa que é presa com o fuzil acaba se enquadrando no mesmo tipo penal daquela que é presa por porte ilegal de um revólver, de uma pistola. Muitas vezes, é um cidadão comum, porque está vencido seu porte de arma ou o registro. Então, ele é preso pelo porte ilegal de arma, mas com uma pena branda.

Olha, se o indivíduo carrega um fuzil, não dá para dizer que é para proteção pessoal ou de sua família. O fuzil é uma arma altamente letal, é uma arma sempre utilizada em roubo a banco, em estouro de caixa eletrônico, em enfrentamento com as forças policiais. Então, precisamos diagnosticar isso.

Então, com as Polícias Civil e Militar, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, podemos saber quantas armas estão sendo apreendidas, quais são os calibres dessas armas, se são armas estrangeiras ou brasileiras, que são fabricadas inclusive aqui no Estado de Minas Gerais, na cidade de Itajubá. Lá há a Imbel, deputado João Leite, uma das fábricas de armas brasileiras. Então essa comissão parlamentar de inquérito servirá para traçarmos esse diagnóstico, identificar as falhas da legislação penal, e irmos a Brasília cobrar providências sob o aspecto das nossas fronteiras e rodovias federais, que estão também desprotegidas. E cobrar do governo federal.

Vou repetir: sou um dos deputados desta Casa que mais cobra do governo do Estado a questão da segurança pública, a responsabilidade do governo do Estado, mas não podemos deixar de cobrar do governo federal. Eu e o deputado João Leite levamos ao presidente essa comissão parlamentar de inquérito. Não criamos a comissão ainda, não escrevemos o requerimento, que é a parte mais fácil. Estou aqui compartilhando da tribuna, porque, como conversei com o deputado João Leite, é preciso que a nossa Casa abrace essa CPI. Uma CPI em que vamos identificar o uso, o tráfico, o contrabando de armas, munições e explosivos no Estado de Minas Gerais; quantas apreensões as nossas forças estaduais estão fazendo; quais são os calibres dessas armas, desses explosivos, porque o impacto dessas armas no crime, na violência, tem sido devastador em nosso estado. E aí, como consequência, deputado Coronel Piccinini, a letalidade dos nossos profissionais. Como foi o caso do nosso Cb. Marcos Marques da Silva, que ocorreu no dia 10 de julho próximo passado, na cidade de Santa Margarida. É preocupante.

Então acredito, deputado João Leite, que essa CPI, quando não há nenhuma CPI instalada, virá em muito bom momento, e quem sabe tenhamos também o deputado Coronel Piccinini participando pelo Bloco Parlamentar Independente... Uma CPI que terá muito trabalho, mas que dará uma contribuição para Minas Gerais, eu diria, muito positiva. Temos que identificar a apreensão dessas armas, de onde elas estão vindo, como estão ocorrendo essas apreensões, quantas são, o calibre, a origem, de qual país, o destino. Os explosivos estão passando livremente pelas fronteiras e chegando aqui. Como está acontecendo? Qual a responsabilidade do Exército Brasileiro, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal? Porque isso vem impactando. Então, deputado João Leite, cumprimento V. Exa. pela proposta.

Aqui na Serra, deputado Coronel Piccinini, a coisa está um horror. Falo isso a V. Exa., que comandou a nossa querida unidade, o batalhão, que não posso negar que, de coração, é a unidade que mais respeito e pela qual tenho um apreço enorme. É o Batalhão Rotam, onde tive a oportunidade de servir. Sabemos o que vem ocorrendo na Serra. São armas e armas de fogo de calibre não permitido que estão chegando às mãos de criminosos. E nós, como deputados, principalmente nós, vocacionados à segurança pública, precisamos entrar firmes nessa proposta e entregar ao povo de Minas Gerais algo robusto, um trabalho bem feito, um trabalho sério. E digo aqui, de forma muito republicana, que não é uma CPI para incomodar governo “a”, “b” ou “c”. Precisamos traçar um diagnóstico, identificar e apresentar propostas e soluções para o Congresso Nacional.

O deputado Coronel Piccinini (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Sr. Presidente, V. Exas. estão de parabéns. Realmente precisamos instalar essa CPI, que vai mostrar o quanto somos frágeis em termos de entrada de armamento em Minas Gerais. Sabemos que essa nova modalidade do cangaço está principalmente fazendo com que as cidades de menor porte sejam

aterrorizadas por esses bandidos. Conseguimos, e, através do comando, o governo do Estado vai fazer uma força-tarefa para exclusivamente combater esse tipo de crime. Força-tarefa com a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público.

Achamos que essa contribuição que o Legislativo Mineiro vai trazer para a sociedade de nosso estado será de suma importância. Meus parabéns.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradecemos ao Coronel Piccinini. Tivemos a oportunidade de servir juntos a unidade de elite da Polícia Militar, no nosso querido Batalhão Rotam, que vem fazendo enfrentamento da criminalidade da pesada, desde 14/2/1981. Inclusive, essa unidade já foi homenageada por este deputado, pelos seus belos e relevantes serviços prestados. Cada vez mais, eles estão encontrando dificuldades, deputado João Leite, porque o armamento pesado não para de entrar. A polícia faz o que pode. Os nossos policiais militares e civis, os nossos bravos policiais estão fazendo o que podem.

Na terça-feira, fizemos uma audiência pública para discutir o roubo de cargas, especialmente de medicamentos, que vem crescendo assustadoramente, em Minas Gerais. O pessoal do Doesp esteve lá, deputado João Leite. Mas a delegacia não tem sequer um delegado titular. Não há delegado titular na delegacia especializada em roubo de cargas. A estrutura logística é toda fornecida pelo setor de transporte de carga, ou seja, existe uma deficiência. A gente sabe que as Polícias Civil e Militar vêm fazendo o que podem, com o sacrifício da própria vida. Mas é preciso que o Parlamento, nos limites da sua competência, instale uma CPI. Não é CPI de oposição, não é CPI da base de governo. É uma CPI que, certamente, vai ajudar e muito o próprio governo do Estado, porque vamos identificar falhas na legislação penal, vamos identificar falhas no ingresso desse armamento. Vamos mostrar e diagnosticar a forma como esses explosivos e armas estão sendo usados pelo crime, no território mineiro.

É com essa seriedade, deputado João Leite, com essa serenidade e, acima de tudo, com a responsabilidade que temos com a segurança pública dos mineiros, é que vamos propor a CPI. A conversa deste deputado e do deputado João Leite, hoje, pela manhã, com o presidente Adalclever é para que ele possa encampar uma CPI do Poder Legislativo, que tem condições claras de dar uma contribuição. A legislação penal brasileira é falha. O cidadão pego com um fuzil não pode ter a mesma pena do que foi preso por porte ilegal de um revólver calibre 38. Nós, que somos operadores do direito e da segurança pública, sabemos que a diferença é gigantesca, é abissal. Muitas vezes, o cidadão pego por porte de arma ilegal é um comerciante, que está com o registro está vencido. Para este, a pena tem de ser muito mais branda do que a de um cidadão criminoso, um bandido contumaz, que é pego com metralhadora AK-47 ou fuzil 556, 762. Portanto, já queria pedir a nossa competente assessoria, deputado João Leite, aos nossos competentes assessores, Dr. Sabino Fleury, que ali se encontra; ao nosso competente Caixeta e ao Pedro, que possamos rascunhar, sob a batuta do art. 112 do Regimento Interno, a instalação de uma CPI, para identificar o contrabando, o tráfico de armas, munições e explosivos usados por quadrilhas e criminosos, dentro do Estado de Minas Gerais, especialmente a forma de ingresso desse armamento, a sua utilização e o impacto disso. Inclusive, deputado João Leite, vamos convidar o secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, que vai nos dizer aqui quais armas pesadas ingressam nesse estado, ora chegando pelos portos, ora pelos aeroportos do Rio de Janeiro, e o estrago que isso vem fazendo. Vamos pegar o exemplo do Cb. Marcos e do Cb. Vandec, morto com um tiro de fuzil 762, no fatídico dia 9/1/2007, na cidade de São Gotardo. Ele sequer desceu da viatura.

Então esse é um momento – diria – de serenidade e de maturidade, mas o Parlamento mineiro precisa dessa contribuição. Deputado João Leite, os membros da CPI devem levar à Comissão de Segurança Pública do Senado e da Câmara dos Deputados a contribuição em termos de legislação, mostrando o que o ministério pode ajudar na integração entre as forças policiais federais e estaduais. Está faltando integração. Está faltando um olhar – diria – mais atento das forças federais em relação ao avanço desse tipo, dessa modalidade de crime.

Portanto, quero aqui, deputado João Leite, até para ocupar o lugar de V. Exa. para que faça uso da tribuna, dizer da satisfação em compartilhar essa ideia, essa sugestão. Acredito que o deputado Coronel Piccinini assinará conosco essa proposta.

Queria deixar claro que não é uma proposta de CPI para investigar nenhum órgão do governo, mas para traçar um diagnóstico sério, necessário e que, com certeza, ajudará o próprio governo do Estado. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Saúdo também o deputado Coronel Piccinini, os telespectadores da TV Assembleia, que nos acompanham pelo Estado, os cidadãos e cidadãs, que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa nesta tarde, e os nossos alunos do curso Gestão Pública. Que bom que podemos ver a formação de novos valores para a gestão pública no Estado de Minas Gerais, tão importante.

Queria dizer da expectativa, não apenas minha, mas dos deputados Sargento Rodrigues e Coronel Piccinini e de todo o Estado de Minas Gerais, de que aguardamos uma atenção maior para a segurança da população. Infelizmente estamos acompanhando, deputado Coronel Piccinini, na Comissão de Segurança Pública – apesar de eu ser reserva do deputado Sargento Rodrigues nessa comissão e o deputado Sargento Rodrigues não faltar a nenhum jogo, estar em todos e não me dar chance de jogar –, e ficamos impressionados com a falta de articulação, Coronel Piccinini, de gestoras e gestores públicos. A articulação é fundamental na segurança pública, na gestão pública. Estamos sofrendo com a segurança pública no Estado de Minas Gerais. O nosso estado, que tem 25% da malha rodoviária federal, talvez tenha o menor contingente da Polícia Rodoviária Federal.

O deputado Sargento Rodrigues citou o crime contra o nosso policial e o vigilante do Banco do Brasil em Santa Margarida. Essa cidade, que fica próximo à Manhuaçu, Realeza, que também faz parte de Manhuaçu, está espremida entre duas rodovias federais: a 116, chamada Rio-Bahia, e a 262, que liga praticamente Goiás e a divisa do Paraguai a Vitória, no Espírito Santo. A Polícia Rodoviária Federal está com um contingente baixíssimo. Em algum momento, chegamos a contar um policial rodoviário federal para cada 400km. Agora, vemos um esforço concentrado da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal e do Exército no Rio de Janeiro. A conta é simples de fazer, não é mesmo? Um gestor de segurança, como o deputado Coronel Piccinini, vai dizer que, se apertarem contra o crime no Rio de Janeiro, os criminosos virão para Minas Gerais. Então temos de ter muita atenção neste momento.

Sem dúvida, o instrumento mais forte que o Parlamento tem é uma CPI. O momento em que o Parlamento, representante maior do povo de Minas Gerais, tem mais força é quando se constrói uma CPI, porque essa comissão – repetindo o nosso professor Sabino Fleury, ali presente – toma as formas do próprio Poder Judiciário, convocando pessoas para prestarem esclarecimentos.

Mais que isso, percebemos que, se a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e a Polícia Civil não trabalharem juntas, o Estado perderá essa guerra. E quem serão as vítimas? A própria população deste estado. Nossa população está sofrendo. Tenho os números aqui, números impressionantes. Imaginem, estamos com a Polícia Militar neste momento, e o sistema de segurança está dizendo que tivemos uma diminuição nos crimes. Mas vimos as pesquisas; neste caso, temos uma pesquisa feita em Belo Horizonte, que diz o seguinte: “Mais da metade do comércio de Belo Horizonte foi vítima de violência. Nos últimos 12 meses, o assalto à mão armada é o maior problema nos estabelecimentos varejistas em Belo Horizonte”. A pesquisa foi realizada em 364 comércios e mostra que 54,4% deles registram, ao menos, uma ocorrência entre agosto de 2016 e agosto de 2017. O aumento foi de 22% em relação ao período anterior. E temos os números da Polícia Militar, os números da segurança em Minas Gerais dizendo que diminuí o número de ocorrências e temos uma pesquisa dos comerciantes dizendo que eles estão mais inseguros.

Gestoras públicas e gestores públicos, dados para trabalhar gestão pública são fundamentais. Se os dados estiverem incorretos, o gestor público terá problemas para implementar as políticas públicas. Como trabalharemos, se não temos dados confiáveis? É uma preocupação.

É impressionante como temos a percepção dos comerciantes. A percepção dos comerciantes é de que a criminalidade aumentou em Belo Horizonte. A outra percepção dos comerciantes é de que Belo Horizonte não é um bom lugar para se viver. Isso

dói. Eu, belo-horizontino, vivi aqui a maior parte da minha vida, e a gente sente quanto ouve uma notícia como essa. Para investimento, para tudo, é fundamental ter um ambiente de segurança pública, o que, lamentavelmente, não temos neste momento.

Outra coisa importante que devemos dizer é que uma pesquisa recente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública afirma que metade dos brasileiros dizem perceber, Cel. Piccinini, o crime organizado próximo de sua casa. Quando falamos em crime organizado, os brasileiros e as brasileiras estão pensando em PCC, estão pensando em Comando Vermelho. A pesquisa feita no Aglomerado da Serra, José Alberto, diz que a percepção do morador de lá é de que o PCC e o Comando Vermelho estão atuando ali. O mais impressionante é que colhemos os testemunhos e as informações, e dizem as pessoas do aglomerado que nunca viram lá tantas armas na história. O aglomerado está armado, Sebastião. Por quê? A droga é irmã siamesa da arma, já ensina o especialista em segurança, Cel. Piccinini. Atrás da droga, vem uma arma, e estamos vendo isso acontecer. O confronto de gangues, iniciado há semanas no Aglomerado da Serra, repete um roteiro que mostra a luta pelo controle do tráfico de drogas, e a população local enfrenta o comércio fechado.

O silêncio é ensurdecedor, o medo toma conta daquela população trabalhadora. Vamos aos números. O Aglomerado da Serra só perde para a Rocinha. São 50 mil habitantes. Quando eu, o Coronel Piccinini e o Sargento Rodrigues falamos em CPI para investigar o tráfico de drogas e de armas, estamos falando do risco de ter o Aglomerado da Serra se transformando em Rio de Janeiro, onde é necessária a presença do Exército, com tanques e armas pesadas. As pessoas não têm segurança alguma. Neste último final de semana, fui visitar meu filho que mora no Rio de Janeiro, de onde saí às 3h15min da manhã. Quando passei pela Linha Vermelha havia uma *blitz*, tive receio e fiquei pensando: são policiais ou criminosos? Todos estavam de balaclava, encapuzados. Várias vezes a população do Rio de Janeiro foi abordada por criminosos vestidos com a farda da Polícia Militar desse estado. Nós não podemos permitir que Minas Gerais se transforme e fique na mesma situação que vemos e acompanhamos, com muita tristeza, no Rio de Janeiro.

As vilas do Aglomerado da Serra hoje estão sendo disputadas pelo crime organizado. É impensável! Quando passamos pelas ruas dessa região hoje vemos um controle com rádio e celular. Isso nos entristece. A nossa reação tem de ser do tamanho disso que está acontecendo. O narcotráfico é a principal causa dos mais de 2.200 homicídios consumados no Estado este ano. No mesmo período foram mais de 5 mil ocorrências de apreensão de drogas. Ao mesmo tempo, a Polícia Militar apreendeu, no Estado, Coronel Piccinini, 1.610 armas. Então, nós temos 2.200 homicídios no Estado e 1.610 armas apreendidas. É algo impressionante! Como diz um amigo meu, se 10 carretas pararem no Aglomerado da Serra, não caberão todas as armas que estão ali hoje. A situação é insegura para nós, para os nossos policiais. São armas pesadas. Recentemente, visitei o Instituto de Criminalística. O superintendente era o nosso querido perito Paiva. Fui ao setor de balística para ver as armas sendo periciadas por nossos competentes peritos de Minas Gerais. Fiquei impressionado, pois não havia uma arma fabricada no Brasil. Todas vieram de fora. Eram armas usadas em crimes, em assaltos. Havia arma de Israel lá, como a Uzi. É uma metralhadora potente. Veio lá de Israel e agora está aqui, lamentavelmente, sendo usada por criminosos.

Sejam muito bem-vindos! Espero que acompanhem as nossas comissões atuando e estejam próximos dos gestores públicos, ajudando o nosso Estado. Muito sucesso! Felicidades! Vocês estão em boas mãos com a Marley.

Quanto ao clima de medo que hoje aflige a Serra, os especialistas dão a recomendação de que é fundamental a presença constante e ostensiva dos policiais. O Coronel Piccinini daria essa mesma recomendação. Há uma Área Integrada de Segurança Pública abandonada no Aglomerado da Serra. Foi construída pelo Estado e, no entanto, repito, está abandonada. Era para receber as Polícias Civil e Militar. Hoje se encontra abandonada.

Então, é fundamental termos policiais equipados, preparados ao lado de investimentos de infraestrutura, de inclusão social. O Fica Vivo foi interrompido pelo governo do Estado, com suas mais de quarenta oficinas para capacitar o jovem para o trabalho, para qualificá-lo, para dar-lhe competência básica para o trabalho. Acabaram com o Fica Vivo em Minas Gerais. Ele é muito importante

nessas regiões mais violentas. Vamos pagar um preço alto se não houver uma reação da representação da população de Minas Gerais. Não é o Poder Executivo, não é o Poder Judiciário, não é o Ministério Público, não é a Defensoria Pública que têm de reagir, mas a Assembleia Legislativa, em nome da população de Minas Gerais. O instrumento mais forte que temos é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos poderes de Judiciário para convocar e exigir. Já temos um requerimento para enviar ao ministro da Justiça. É preciso aumentar o efetivo da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais, além da presença do Exército Brasileiro. Temos de coibir a violência.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, se não acontecer isso, se não houver esse investimento, se a Assembleia Legislativa achar que está tudo bem, se se contentar com os números oficiais – e nós, da história, não acreditamos nunca nos números oficiais – se nos deitarmos em berços esplêndidos, aquele sentimento que existe hoje na Serra lamentavelmente vai se tornar realidade. Ao lado das pessoas na Serra, hoje moram o Comando Vermelho e o PCC. A Assembleia Legislativa tem de reagir em nome do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

**ERRATA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

Fica sem efeito o edital de convocação de reunião especial da Assembleia Legislativa para as 14 horas do dia 22 de setembro de 2017, publicado na edição de 22/9/2017, na pág. 17.